



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 3172

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Empréstimos/Financiamentos

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 19/09/1991

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 92/91. Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, para obras de infraestrutura urbana, a oferecer garantias e dá outras providências. (Referente à Lei nº 1.987, de 13/11/1991).

**Controle Interno – Caixa:** 10

**Posição:** 06

**Número de folhas:** 07

---

Espécie: PL  
categoria: Empréstimo  
Cx: 10  
ordem: 06  
nº fls: 03



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

92/91

Autor: Prefeito Municipal

### Assunto:

Autoriza o Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, para obras de infraestrutura urbana, a oferecer garantias e da outras providências.

Caixa 68

### MOVIMENTO

- 1 Recebido em 19.09.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em
- 3 ADIADA A DISCUSSÃO - 01.10.91
- 4 Aprovado em 1ª O - 17.10.91
- 5 À Com. de Finanças - 17.10.91
- 6 Aprovado em 2ª O - 12.11.91
- 7 Aprovado em 3ª O - 12.11.91
- 8 À Câmara - 12.11.91
- 9 Arquivado - 12 -
- 10





# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



*in camera*



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 16 DE SETEMBRO DE 1.991.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, A OFERECER GARANTIAS E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros decretou e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e/ou a garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de Cr\$ 2.170.185.295,00 (dois bilhões, cento e setenta milhões, cento e oitenta e cinco mil e duzentos e noventa e cinco cruzeiros), base setembro de 1.991, equivalentes, nesta data, a 700.774,11 UPFs (Unidade de Padrão de Financiamento), valor este atualizado pelo coeficiente oficial, adotado para as contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, ou por outro índice oficial, que venha a ser adotado pela CEF, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - PRODURB, modalidade infra-estrutura, destinado à execução de obras de infra-estrutura urbana em geral, tais como pavimentação, drenagem, canalização de córregos, obras-de-arte especiais etc.

ART. 2º - Para a garantia da dívida e demais obrigações decorrentes do financiamento a ser contraído pelo Município, observada a finalidade indicada no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a ceder e a transferir para a CEF, em caráter irrevogável e irretratável, as parcelas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e/ou ICMS - Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços, na forma da legislação em vigor. Em caso de insuficiência de parte dos depósitos bancários necessários para a quitação dos encargos contratuais e/ou, ainda, na hipótese de extinção dessas receitas, a garantia será sub-rogada sobre os fundos ou impostos, que venham a substituí-las, durante o prazo de vigência do contrato de financiamento autorizado por esta Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica o Poder Execu



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR

EM 12 DE novembro DE 1991

PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR

EM 12 DE novembro DE 1991

PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**À SANÇÃO**

EM 12 DE novembro DE 1991

PRESIDENTE







# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



Mont...

fls.02

tivo autorizado a nomear e a constituir sua bastante procuradora a Caixa Econômica Federal - CEF, outorgando-lhe poderes irrevogáveis e irreatáveis, enquanto não liquidada a dívida, para que as garantias possam ser pronta e plenamente exequíveis, em caso de inadimplemento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, na hipótese de o Município não efetuar, nos seus vencimentos, quaisquer pagamentos relativos às obrigações assumidas no financiamento a ser contratado.

ART. 3º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o financiamento, dotações suficientes ao pagamento das parcelas de amortização e encargos financeiros decorrentes do financiamento, bem como os valores necessários à contrapartida de recursos próprios no empreendimento.

ART. 4º - O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

ART. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

ART. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 16 de setembro de 1.991.

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**A COMISSÃO DE** Justiça  
 EM 17 DE outubro DE 1994  
[Assinatura]  
**PRESIDENTE**

*E' legal, constitucional*

*ff. 1º e 2º*

*[Assinatura]*

*Eduardo Nelson*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**APROVADO EM** DISCUSSÃO **POR**  
 EM 17 DE outubro DE 1994  
[Assinatura]  
**PRESIDENTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**A COMISSÃO DE** FINANÇAS  
 EM 17 DE outubro DE 1994  
[Assinatura]  
**PRESIDENTE**

*Sendo pelo a aprovação  
 de incluir nos planos  
 que se vão fazer  
 [Assinatura]*

*Opinamos pela aprovação  
 incluindo o ofício (em anexo) do  
 Sr. Prefeito à Presidência da Câmara [165/94]  
 [Assinatura]*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 16 de setembro

de 19 91

Of. Nº CJ/128/91

Assunto Encaminha Projeto de Lei

Serviço Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

O Município de Montes Claros-MG, como os demais, que integram a vasta nação brasileira, sofre os prejuízos que a crise econômico-financeira impõe.

A par da ausência de recursos suficientes, para que as obras de interesse público possam ser realizadas, afligem-nos os altos custos destes recursos, que, vez por outra, são liberados pelos órgãos públicos da União, e a necessidade premente de serem atendidas as reivindicações da sociedade.

O Município necessita de recursos financeiros para satisfazer as despesas de pavimentação, drenagem e canalização de córregos, com obras de arte especiais e outras, não nos restando outra alternativa, senão contrair empréstimos, para a obtenção destes recursos, vinculando-os ao recebimento das parcelas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, e/ou do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Vejam V. Ex<sup>as</sup>. e os Senhores Vereadores que o empréstimo pretendido é necessário e urgente, sem o qual, estaremos impossibilitados de realizar as obras substanciais e necessárias do Município.

Cremos que, assim também, hão de comungar conosco os Senhores Vereadores.

Agradecemos a atenção dispensada, manifestando os protestos de distinta consideração.

Cordialmente,

Exm<sup>o</sup>. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

MD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL







Em, 11 de outubro de 1991

Of. N.º : 165/91  
Assunto : Solicitação - Atende  
Serviço : Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

Em atendimento ao ofício 588/91, referente à esclarecimentos acerca do pedido de financiamento para realização de obras de infra-estrutura urbana - Córrego Melancias, temos a informar o seguinte:


- a - Período de carência: 16 (dezesseis) meses.
- b - Amortização: 216 (duzentos e dezesseis) meses, à partir do término da carência.
- c - Juros e encargos: 12% (doze por cento) ao ano mais tabela price na amortização.

Taxa de risco de crédito de 1% (um por cento) sobre as parcelas liberadas.

Estamos encaminhando em anexo, cópia da carta consulta encaminhada à Caixa Econômica Federal, com o intuito de dirimir todas as dúvidas, que por ventura, possam surgir à respeito do referido financiamento.

Com nossos cumprimentos, colocamo-nos ao seu inteiro dispor.

Atenciosamente,

p/  Mário Ribeiro da Silveira  
Prefeito de Montes Claros

Exmo. Sr. \_\_\_\_\_

Dr. Ivan José Lopes

MD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Nesta